

## ANARQUISMO E COMUNISMO SOB O OLHAR DO DEOPS PAULISTA E A IMPRENSA OPERÁRIA <sup>1</sup>

Rosana M. P. B SCHWARTZ<sup>2</sup>

Doutora

João Clemente de SOUZA NETO<sup>3</sup>

Doutor

André R. P. de ARRUDA<sup>4</sup>

Doutorando

Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP

### Resumo

Este artigo faz parte dos resultados obtido pelo projeto de pesquisa “Documentos do DEOPS Paulista e Jornais Operários – 1900- 1945 – imigrantes portugueses em São Paulo”. Apresenta pela perspectiva da História Cultural, a temática exclusão de imigrantes portugueses e trabalhadores nacionais na cidade de São Paulo, no início do séc. XX, por meio da análise de um conjunto documental do DEOPS Paulista constituído por séries que testemunham os mecanismos de funcionamento do órgão, possibilitando-nos, como pesquisadores, interpretar a versão “oficial” articulada pela polícia para justificar a perseguição aos elementos considerados como “perigosos” politicamente e jornais operários. Os documentos do DEOPS Paulista encontram-se organizados em quatro séries contendo, cada uma delas, um conjunto de pastas e um fichário que remete às informações contidas sobre esses imigrantes portugueses anarquistas ou comunistas e os jornais operários, catalogados e separados por entidade e temática.

Palavras-Chaves; DEOPS Paulista; Jornais Operários, Anarquistas e Comunistas.

Neste artigo procuramos compreender as razões das perseguições de trabalhadores nacionais e imigrantes portugueses, no período da Primeira República no Brasil, cidade de São Paulo. Verificando como o controle do poder por grupos oligárquicos, impediram ou dificultaram o acesso aos direitos de cidadania pelas camadas populares. A transição do Império para a República constitui um período chave para entender como o governo republicano se propunha a trazer o povo para a cena política e a soberania popular era constantemente invocada pelo novo regime. Como reagem as camadas populares diante

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Doutora. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo - SP, Brasil. email: [rmpbs@uol.com.br](mailto:rmpbs@uol.com.br)

<sup>3</sup> Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte, Cultura e História. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo - SP, Brasil. email: [j.clemente@uol.com.br](mailto:j.clemente@uol.com.br)

<sup>4</sup> Doutorando. Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídia e Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social. email: [andrearruda@gmail.com](mailto:andrearruda@gmail.com)

desse contexto. Priorizamos em nossa análise a cidade de São Paulo, palco na época de muitas transformações: expansão da monocultura cafeeira, construção de grandes ferrovias, fluxos migratórios espontâneos e subvencionados pelo Estado, intervenções urbanísticas e movimentos sociais que irrompiam em aberto conflito, como a Greve Geral de 1917. Fatos que alteraram os rumos da cidade, antes apenas um pequeno burgo de estudantes.

Iniciamos nossa análise sobre o trabalhador nacional e estrangeiro na busca de trabalho nas zonas urbanas. Situamos a questão dos fluxos migratórios que dirigem a São Paulo e que se inserem no contexto da expansão do capitalismo, constituindo os chamados fatores de “expulsão e atração”, característicos desses movimentos de deslocamento em massa de população. Ao mesmo tempo, avaliamos como a entrada desses trabalhadores permitiu a organização de ajuda mútua, sindicatos e a imprensa operária.

A tese do imigrantismo, como sabemos, prevaleceu entre nós amplamente defendida pelas elites paulistas. Contudo, a entrada em massa desses trabalhadores, resultou na formação de um verdadeiro exército reserva de mão-de-obra, que não era totalmente absorvido, sobrevivendo, portanto, através do mercado informal, trabalho doméstico e outras formas de subsistência. Reproduzindo a pobreza, geravam um desenvolvimento econômico constantemente exaltado, mas que teve enorme custo social, tanto para os nacionais, como para os trabalhadores imigrantes (MATOS, 2002)

Procuramos também entender os níveis de assimilação do imigrante português na sociedade paulista, já que, o fluxo migratório acentuou a distância entre a população e os recursos, conduzindo assim ao conflito social e a formas de resistência organizadas e difusas pela massa trabalhadora.

Nosso trabalho procurou compreender como a sociedade policiada da época perseguiu esses estrangeiros e seus veículos de comunicação e para tanto, percorrermos pela história da e/migração portuguesa para São Paulo e os conflitos que envolveram as ações e ideias desses imigrantes nessa sociedade.

Em fins do século XIX, a entrada de imigrantes europeus no Brasil era vista como uma solução para a questão do trabalho, já que, com a extinção do tráfico escravo em 1850, a Abolição da escravatura tornava-se uma questão inevitável. A ideia da elite paulista era criar uma cidade branca com um modelo civilizatório europeu. O imaginário desta classe social e suas ações favoreciam a política imigratória tendo em vista a expansão da economia cafeeira.

Na Europa as condições econômicas e políticas, marcadas por guerras, unificações e crises financeiras, contribuía para o processo de emigração. A propaganda do governo brasileiro no exterior atraía para o Brasil os imigrantes, que consideravam o nosso país uma terra de oportunidades. (PASCAL, 2005) No início do século XX 90% da força de trabalho em São Paulo era formada por estrangeiros.

Portadores de um projeto de transformação da sociedade, os estrangeiros libertários que aqui chegavam encontravam forte resistência das elites, que, com apoio do Estado, da polícia e de leis, pretendiam impor uma disciplina baseada nos valores burgueses e em mecanismos de controle e vigilância dentro e fora das fábricas.

### **O Anarquismo e o Brasil**

O anarquismo que se consolidou no Brasil encontrou inspiração nas ideias de Bakunin, cuja influência, sobretudo após o rompimento com Marx, foi muito forte na península ibérica e na Itália. De lá vieram Errico Malatesta e Oreste Ristori, que, exilados na Argentina, tomaram o destino de São Paulo, aqui fundando o jornal “La Battaglia”, em 1904. (PASCAL,2005)

O anarquismo entendia que a propaganda por meio de jornais, revistas, teatro e escolas libertárias era a forma de exercer a ação direta, ou seja, de viabilizar a construção de outra sociedade pela própria população, que, então, tomaria consciência da realidade social. Ristori era considerado o grande difusor das ideias libertárias no Brasil. Realizou inúmeras palestras, falando à porta de fábricas, em fazendas e salões operários. Comparava a situação brasileira à europeia e percebia que os contextos das cidades do Brasil e da Europa eram quase iguais, sobretudo no que se referia aos salários e à jornada de trabalho. Contudo, nas fazendas brasileiras a realidade era terrivelmente pior do que no campo do continente europeu. (SCHWARTZ, 2004)

### **Portugueses e a Imigração**

Até 1900 apenas 10% dos imigrantes que ingressavam no estado de São Paulo eram portugueses. Após o Decreto Prinetti (1902), todavia, o crescimento da imigração lusa foi extraordinário, sobretudo entre 1910 e 1914. A imigração nesta fase era familiar, o que, por conseguinte, fazia aumentar entre os imigrados a presença feminina, que na segunda década do século representaria 40% das entradas dessa corrente imigratória.(MENEZES, 1996)

As baixas dos preços do café, a instabilidade e os conflitos com os fazendeiros levaram os portugueses a se fixarem nos núcleos urbanos, dando preferência às cidades de São Paulo e Santos. Alguns vieram diretamente para as cidades, provavelmente avisados por compatriotas acerca das péssimas condições de vida no campo, e dirigiram-se para o comércio ou atividades artesanais que exigiam qualificações, além de trabalhos assalariados na indústria e em obras públicas

Os portugueses eram os trabalhadores preferidos nas obras do porto de Santos e na construção das ferrovias. Em outros setores tal predileção também se repetia, sendo oferecida primazia aos lusitanos para funções como acendedores de lampião, bombeiros, vigilantes e guardas. Na indústria têxtil, segundo o Departamento Estadual do Trabalho, 84,4% dos trabalhadores eram estrangeiros. Destes, 12,5% eram portugueses, prevalecendo a mão-de-obra feminina, que, se acrescentada a tecelagem de juta ao cálculo, chegava a 22% do total. A presença feminina era forte também nas indústrias de cigarros, chocolates, camisas, malharia e tamancos. (PASCAL, 2005)

A política imigrantista mantinha um alto contingente de trabalhadores mediante os fluxos migratórios contínuos. Essa estratégia, entretanto, conservava os níveis salariais baixos e provocava o aumento de desempregados, sem contar que algumas indústrias tinham caráter sazonal, o que aumentava a instabilidade dos trabalhadores, gerando conflitos e tensões.

Constantes solicitações de assistência jurídica e reclamações consulares tornaram claros os motivos do enfrentamento. Multas por atraso na chegada ao trabalho, erros de contas, retenções de pagamentos, acidentes de trabalho e rescisões de contratos eram questões que demandavam organização coletiva e capacidade de resistência, ambas evidentes no comportamento dos imigrantes portugueses diante dessa realidade. Os conflitos étnicos em São Paulo eram frequentes, constituindo-se num dos problemas vividos pelo movimento operário que atingia a própria coesão da classe. Sabe-se, contudo, que nas “listas” do patronato da época os trabalhadores portugueses, tanto quanto os espanhóis e os italianos, figuravam com destaque, sendo considerados indesejáveis. Notícias de jornais e processos criminais registravam que imigrantes portugueses eram demitidos por sabotagens, boicotes e, sobretudo, pela militância no movimento operário. (MATOS, 2002)

Percebe-se que em São Paulo, embora não constituindo a maior colônia de imigrantes, os portugueses participavam ativamente das lutas sociais do período. Outro aspecto que provocava enfrentamentos era a relação que se estabelecia entre contramestres e operárias

nas fábricas. A mulher, participava de inúmeras greves organizadas nas tecelagens, que possuíam mão-de-obra majoritariamente feminina, sendo parte dela formada por imigrantes portuguesas (LOBO, 2001).

Santos também concentrou grande número de imigrantes lusos, que trabalhavam na construção do porto, nos armazéns de café, nas docas e em atividades variadas: carroceiros, pedreiros, estivadores, ensacadores, entre outras. A região converteu-se num grande centro de agitação operária e recebeu o codinome “Barcelona do Brasil”.

Os sindicatos e associações santistas eram dominados pela liderança de imigrantes portugueses. A identidade étnica, neste caso, serviu como fator de coesão, sendo que em outros episódios os conflitos de etnia retardaram a solidariedade da classe – fatos que revelam novos aspectos sobre a participação dos portugueses em São Paulo nas lutas sociais e no movimento operário.

Muitas vezes o imigrante português foi convertido em “bode expiatório”. Era acusado de aumentar os preços dos aluguéis, já que muitos eram proprietários, além de controlar o comércio de retalhos, provocando a carestia e concorrendo no mercado de trabalho com os nacionais. Tais fatos seriam causadores do antilusitanismo.

O jornal “O Jacobino” acusava os portugueses em todo o país de monopolizarem algumas atividades e os descrevia como especuladores e ladrões de pesos e medidas, associando a imagem negativa do Império à sua origem portuguesa. A República representava o progresso, e ambos – República e progresso – eram tidos como interesses nacionais em oposição à herança lusa e à monarquia (SCHWARTZ, 2006)

O discurso jacobino e antilusitano atingia a todos os segmentos sociais imigrantes: pobres, remediados, ricos e até mesmo associações. De certa forma, o antilusitanismo desviava a atenção da crise econômica e das revoltas, transformando o imigrante português no “bode expiatório” e identificando-o ao velho Brasil, em oposição à civilização, ao progresso e à modernidade. Portanto, utilizando estereótipos e representações sociais, o espírito antilusitano atribuía ao português a culpa pelo atraso e pelas dificuldades econômicas vividas pelos nacionais. (PASCAL, 2005)

Entre os portugueses a presença de adolescentes com idade de 12 a 18 anos era significativa no começo da República. Vindos de regiões agrícolas empobrecidas do norte de Portugal, esses jovens chegavam ao Brasil depois de chamados por algum parente ou amigo. Em seguida empregavam-se no comércio e eram convertidos praticamente em “escravos

brancos”, fazendo refeições e dormindo nos armazéns. Não contavam com a proteção de leis e estavam totalmente submetidos ao controle dos patrões.

Quando jogados na rua, desempregados e sem família, muitos caíam na marginalidade. Em função da baixa qualificação, alguns desses jovens imigrantes eram submetidos a duras condições de vida e acabavam transformando-se em ladrões, mendigos e doentes. Embora fossem retratados como alheios às lutas sociais, a maioria deportada participava ativamente das lutas operárias.

No final do século XIX, a presença anarquista no mundo do trabalho urbano brasileiro era decorrente mais da superexploração dos trabalhadores do que da presença de imigrantes estrangeiros. Tal fato se evidenciava pela participação expressiva dos padeiros e operários da construção civil no movimento anarquista. Nesse sentido, os padeiros, que trabalhavam no período noturno sem regulamentação, o desemprego e a recessão na área da construção civil explicavam o grande número de militantes.

Segundo alguns estudos, a liderança operária atribuída aos estrangeiros causou o fortalecimento do movimento e, posteriormente, foi a razão de seu declínio. A liderança do movimento sindical de 1890 a 1920 foi examinada em “Imigração Portuguesa no Brasil”, obra que identificou 119 líderes destacados nas diretorias de sindicatos, federações e outras organizações, revelando que 24 eram italianos, 23 portugueses e 22 espanhóis. Os portugueses representavam 27% da liderança operária (PASCAL, 2005)

O mesmo estudo infere que os conflitos étnicos prejudicavam a organização operária, citando o caso da greve dos pedreiros italianos em São Paulo, em 1914, não apoiada por portugueses e espanhóis, e o caso dos chapeleiros italianos, que excluíram da organização brasileiros, portugueses e alemães por divergências étnicas. Cabe ainda lembrar a paralisação dos gráficos em São Paulo de 1890 e a de 1913, em virtude de conflitos internos.

A repressão ao movimento operário cresceu a partir de 1907, com a lei Adolfo Gordo, que autorizava a expulsão de indivíduos que perturbassem a ordem pública e cometessem atos criminosos, com exceção daqueles que fossem casados com brasileiras e das viúvas com filhos nascidos no Brasil. Estes fatos foram minando as lideranças e as bases operárias, prejudicando sua organização (CARNEIRO, 2002)

A presença significativa dos portugueses no movimento operário e as retaliações sofridas por esses imigrantes tornam evidente sua participação nas lutas sociais de São Paulo. Quando se verifica que entre 1890 e 1913 foram registradas quinze greves entre os carroceiros, categoria cujo contingente de portugueses era elevado, confirma-se a tese de que

a luta por melhorias salariais e a presença nos movimentos sociais em São Paulo eram bastante expressivas entre os portugueses (PASCAL, 2005)

Em 1903, auge do período grevista, sapateiros e tecelões lideravam o movimento, segmentos estes formados majoritariamente por portugueses. Entre 1917 e 1920 os sindicatos ganharam maior representatividade. Segundo alguns autores, a disputa entre anarquistas e comunistas contribuiu para o enfraquecimento do movimento operário. Todavia, Edgar Rodrigues, anarquista nascido em Portugal e naturalizado no Brasil, contestou esta posição, afirmando que o movimento anarquista cresceu muito após a fundação do PCB, ocorrida em 1922.

Contudo, foi a repressão do governo de Artur Bernardes que reduziu consideravelmente a participação dos anarquistas no movimento operário. Havia campos de tortura, como o de Clevelândia, localizado no Oiapoque, onde morreram muitos libertários. O conflito entre anarquistas e comunistas na disputa pelo controle das organizações sindicais era uma realidade.

Segundo informa o Relatório Antonio Ghiotti. 10/06/1931 - Prontuário 716. sobre o movimento operário em São Paulo, os anarco-sindicalistas constituíam a maioria dos sindicatos. No entanto, para o anarco-sindicalismo o sindicato desapareceria na sociedade futura que pretendiam construir. Embora os sindicatos pertencessem a todos os trabalhadores, das mais diferentes correntes, havia entre os sindicalistas anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e outros que analisavam o sindicato como uma possibilidade de conseguir melhorias na vida e no trabalho do operário.

### **Greves em São Paulo**

Nas lutas dos trabalhadores em São Paulo, anarquistas e anarco-sindicalistas tiveram um importante papel nas manifestações grevistas, sobretudo mediante os jornais vinculados ao pensamento libertário. Em 1907 explodiram greves em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Recife. Os operários queriam diminuir a longa jornada de trabalho, defendendo, em suas reivindicações, que fosse reduzida para oito horas. Embora os sindicatos e federações fossem compostos por trabalhadores socialistas, sindicalistas e anarquistas, a polícia classificava os líderes dos movimentos grevistas somente de anarquistas.

Os primeiros a entrar em greve foram os operários construtores de veículos em São Paulo, e a greve foi vitoriosa. Em seguida entraram na luta os pedreiros, pintores,

trabalhadores da limpeza pública, tipógrafos, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões. Para muitas categorias a greve foi simultânea. Os construtores de veículos, os trabalhadores de madeira, as costureiras de passamanarias, os chapeleiros, os carteiros, os marmoristas, os encanadores e os pintores conseguiram alcançar a jornada de trabalho de oito horas. Outras categorias conseguiram apenas diminuir a duração do trabalho diário, mas ainda continuavam a trabalhar mais de oito horas por dia.

A Federação Operária reunia as várias categorias que discutiam a questão das oito horas de trabalho, os baixos salários e o enfrentamento dos patrões. A repressão policial foi extremamente violenta com esta associação, que teve sua sede invadida, seus livros confiscados e seu secretário, Giulio Sorelli, preso. Na época percebiam-se três tendências entre os anarquistas: a que era contrária a qualquer tipo de sindicato, liderada por Oresti Ristori; a que apoiava a existência do sindicato como possibilidade de propaganda das idéias libertárias, liderada por Malatesta, tendência está representada pelo jornal “Terra Livre”; e, finalmente, a que fazia críticas à ideia da greve no anarquismo e tentava obter realizações concretas, chamada de “sindicalismo revolucionário”.(PASCAL, 2005)

A polícia considerava os estrangeiros como perturbadores da ordem pública e semeadores da discórdia entre os trabalhadores nacionais.<sup>5</sup> Nas greves de 1917 e 1919 a participação dos sindicalistas e a organização dos trabalhadores foram crescentes. Havia grandes manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro contra o trabalho infantil e a carestia. Vários jornais libertários apoiavam a greve, entre os quais “A Plebe”, periódico comandado por Edgard Leunroth, e “Guerra Sociale”, de Gigi Damiani.(PASCAL, 2005)

Em julho de 1917 a greve paralisou São Paulo por vários dias. Entre as principais reivindicações dos operários estavam: a jornada de trabalho de oito horas; a semana de 5 dias e meio trabalhados; a extinção do trabalho infantil; a redução dos aluguéis; e a liberdade para os trabalhadores presos. A repressão mais uma vez foi brutal. Tanto os empresários como o Estado no Brasil apoiavam a repressão, não manifestando apoio às reformas. Vários anarquistas estrangeiros foram deportados e outros tantos (cerca de duzentos trabalhadores) morreram nas prisões.

Em 1919 uma nova onda de greves ocorreu em São Paulo, evidenciando as dificuldades vividas pelo movimento operário em virtude da Primeira Guerra, do papel desempenhado pelos anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionários e da Revolução Russa de 1917, que atingiu o poder por intermédio do Partido Comunista.



Em 1921, a Lei de Repressão e Controle da Imprensa restringia sobretudo a imprensa anarquista e operária. Em 1924, no governo de Artur Bernardes, foi criado o Campo de Concentração da Clevelândia, no Oiapoque, onde muitos anarquistas morreram.

Verifica-se, assim, que os partidários do anarquismo tiveram um papel de destaque no movimento operário dos anos 10, 20 e até dos anos 30. A repressão ao movimento anarquista reduziu o número de libertários nos anos 30, fase em que o PCB se destacou na organização do movimento operário. Terminava a fase da organização dos trabalhadores brasileiros.

### **Anarquistas e Comunistas no discurso do DEOPS**

Segundo o discurso da polícia, vários cidadãos eram presos e condenados nas primeiras décadas do século XX por terem em suas casas ou associações operárias jornais libertários e livros proibidos, de acordo com a análise do DEOPS. Para os investigadores e delegados do DEOPS não havia distinção entre anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas. Na prática, o Estado repressor deveria reprimir as massas.

Segundo Carneiro (1997), até os anos 40 São Paulo era vista com uma classe operária formada de estrangeiros. O próprio DEOPS assim considerava.

Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis viviam sob o estigma de agitadores, controladores de sindicatos, propagadores de ideias malditas entre os trabalhadores nacionais, organizadores de greves.

As autoridades policiais organizavam seus arquivos segundo critérios próprios, os quais devem ser considerados como uma das mais expressivas formas de controle das atividades clandestinas de intelectuais, gráficas, editoras e livreiros no Brasil. Cada “prova” apreendida (livro, selo, envelope, folha de papel ou pedaço de bilhete), assim como as anotações registradas pela polícia à margem dos documentos e os destaques com lápis colorido sublinhando os conteúdos subversivos, são testemunhos do universo simbólico representativo dos valores endossados pelas autoridades policiais. (CARNEIRO, 1997:27)

Entre 1924 e 1983, bastava o indivíduo ser jornalista, tipógrafo, livreiro, editor ou professor para ser arrolado como suspeito. O controle de tais trabalhadores também era feito mediante ofícios enviados a diferentes autoridades: delegados, investigadores, governadores.

A repressão aos estrangeiros estava vinculada à Lei Adolfo Gordo, de 1907, aos decretos nº 641 e nº 16.761, de 1924, e, ainda, aos atos de 1938 do Governo Vargas, que, na verdade, tratavam da política imigratória. (SCHWARTZ, 2006) Alguns dos militantes anarquistas já eram libertários em seus países de origem, embora outros tenham se filiado ao movimento no Brasil. Os estrangeiros anarquistas sofriam maior repressão do DEOPS do que os comunistas, cuja maioria era nacional. A própria política imigratória considerava que os estrangeiros estavam associados a lutas ideológicas e sociais em seus países. Contudo, os anarquistas eram os que sofriam mais perseguições, sendo vistos como párias, rebeldes, ingratos, perturbadores da família brasileira, merecedores do cárcere e de degredo.

Cerca de 79,7% dos partidários do anarquismo eram alfabetizados, e somente 3,19% analfabetos, segundo os prontuários do DEOPS. Os anarquistas estrangeiros eram autodidatas, estudavam em escolas oficiais ou em escolas libertárias. Os anarquistas no Brasil mantinham contatos com diversos países e eram temidos por suas ideias, palestras e ações. (MATOS, 2002)

Os portugueses descritos pela historiografia eram vistos como dóceis e sem consciência de classe. Alguns, portanto, acreditam que os portugueses eram menos combativos, segundo Maram porque vinham do campo, de regiões isoladas do norte de Portugal, mas os prontuários do DEOPS desmentem esta versão. As inúmeras greves no Porto de Santos, as paralisações dos sapateiros, tecelões, carroceiros, ferroviários e padeiros, cuja maioria era de origem portuguesa, contestam esta tese.

A temática anarquista propunha “o não governo” sobre a ideologia do capitalismo, alimentado pelo mito do trabalho e do progresso da sociedade. Na verdade, a proposta anarquista era criar uma sociedade civilizada, equilibrada, em harmonia, tendo em vista que a classe dominante excluía o operariado de todos os direitos de cidadania.

Em 1922 foi fundado o PCB, e muitos anarquistas filiaram-se ao Partido Comunista. Durante os anos 30 os conflitos entre anarquistas e comunistas eram frequentes. A Confederação Sindical do Trabalho pretendia que a Federação Operária de São Paulo se filiasse a ela. Contudo, os anarquistas se opuseram. Cada sindicato ou associação que aceitasse a ideologia comunista era vista como uma grande perda pelos anarquistas.

Os comunistas tentavam desqualificar os libertários, identificando-os como traidores, representantes do patronato. Estes confrontos eram comuns em várias categorias de operários: metalúrgicos, sapateiros, gráficos. O DEOPS percebia claramente a luta entre as ideologias. Durante o governo Vargas (1930-1945) pôde-se notar as bases autoritárias e xenófobas do

discurso da polícia. As provas do crime eram todas relacionadas: jornais, livros, cartas, fotografias e panfletos expressavam também a exclusão do suspeito, que certamente acabaria na prisão.

O meio intelectual e artístico era alvo da repressão do Estado. A arte poderia promover a desordem e seduzir as massas. Tudo isto fazia parte do discurso nazista sobre a arte moderna. Entre os comunistas que faziam arte e eram vigiados pelos DEOPS estavam Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Pagú, Lasar Segal e outros. Jornalistas de oposição ao governo Vargas também eram extremamente visados. O jornal “A Plebe”, dirigido pelo anarquista Rodolfo Filippe, foi processado e indiciado pela polícia. Os tipógrafos, editores e gráficos que eram filhos de operários e, por isso, conheciam a linguagem do operariado eram suspeitos de atividades subversivas. (MENEZES,1996)

A prática de cooptação dos intelectuais pelo regime Vargas foi bastante expressiva. Mário de Andrade e Villa Lobos, por exemplo, participaram do projeto nacionalista do Estado Novo. Contudo, nem todos os cooptados defendiam o autoritarismo do governo Vargas. A elite da cultura no Brasil gozava de alguns privilégios, tinha relações de parentesco e compadrio com o poder. Já os anônimos não tinham nenhum privilégio; eram jogados no cárcere por colocarem em “perigo” a segurança da nação. Todos os livros publicados em língua estrangeira eram confiscados, já que tal prática era considerada subversiva.

Grande parte dos livros confiscados referia-se à História da Revolução Russa e fazia críticas ao capitalismo. Quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a ideologia nacional socialista e os livros integralistas foram classificados como “perigosos”. Portanto, caberia às autoridades policiais liquidar as diferenças, na busca de um pensamento homogêneo, bem como controlar sobretudo ideias e comportamentos.

### **Anarquistas Portugueses em São Paulo**

Entre os libertários portugueses destacava-se Neno Vasco, ou Gregório Nazionzeno Moreira de Queiroz e Vasconcelos, seu verdadeiro nome. Era advogado, jornalista e escritor anarquista. Nascido em Portugal em 1878, fazia parte do grupo de estudantes da Universidade de Coimbra que aderiram ao anarquismo. Neno Vasco traduziu a letra da canção “Internacional” para o português.

Já formado em Direito, emigrou para o Brasil em 1901 para se juntar ao pai. Em São Paulo entrou em contato com os libertários italianos. Participou do jornal “O Amigo do Povo”

e lançou, posteriormente, a revista “Aurora”, que certamente contribuiu para a influência anarquista nos meios operários. Travou enorme polêmica nas páginas de “A Voz do Trabalhador” sobre as relações entre o anarquismo e o sindicalismo, fato importante para se compreender como os libertários entendiam o movimento operário e suas organizações.

Neno Vasco voltou a Portugal em 1911 e colaborou durante anos com a imprensa anarquista brasileira. Em Portugal criou a revista “A Sementeira” e, em artigos, escreveu sobre a situação social do Brasil. Vasco queria fazer uma nova publicação libertária, e “Terra Livre” seria o título do jornal. Entre seus auxiliares estava Edgard Leuenroth, brasileiro, que administrava o jornal, e Manuel Moscoso, gráfico espanhol. O “Terra Livre” foi editado em São Paulo até o nº 33; depois passou a ser publicado no Rio de Janeiro até 1908, ano em que retornou a São Paulo, onde foi publicado até 1910 (PASCAL, 2005).

Neno Vasco voltou em 1911 a Portugal, onde, pobre e tuberculoso, morreu em 1920. Publicou vários livros, entre os quais: “A concepção anarquista do sindicalismo”, lançado em 1923; e “A Batalha”, reeditado em 1984.

Outro militante libertário foi Adelino Tavares de Pinho. Nascido no norte de Portugal, Adelino iniciou-se no pensamento anarquista em São Paulo. Colaborou com João Penteadó na Escola Pró-Moderna em 1912, e em 1913 inaugurou a Escola Moderna nº 2, localizada no Bairro do Brás. Durante seis anos desenvolveu um programa de alfabetização e emancipação cultural.

A Escola Racionalista teve projeção em São Paulo, mas foi fechada pelo governo em 1919. Adelino foi proibido de exercer o magistério na capital, mas mudou-se, em seguida, para o interior de São Paulo, onde ainda poderia lecionar. Colaborou intensamente com as publicações libertárias até o desaparecimento do jornal “A Plebe”.

Outro libertário português era Pedro Ferreira da Silva, contabilista, escritor e poeta anarquista. A incompatibilidade ideológica implantada pela ditadura portuguesa em 1926 levou Pedro Ferreira a viajar para a França e depois para o Brasil. Colaborou no Rio de Janeiro com o jornal “Ação Direta”. Culto e inteligente, deixou inúmeras obras, entre elas “Colônia de Férias”, “Eu creio na Humanidade” e “Assistência Social dos Portugueses”.

Outro importante libertário português foi J. Marques da Costa, carpinteiro e jornalista. Em 1917 chegou ao Brasil e fixou-se em Belém do Pará. Fundou o jornal “A Revolta” e depois o periódico “O Trabalhador”. Dirigiu no Rio de Janeiro “Voz do Povo”. Em 1924 foi deportado para Lisboa (PASCAL, 2005).

Felipe Gil de Souza Passos, português e anarquista, por sua vez, chegou ao Brasil muito jovem. Em São Paulo, estudou Sociologia e militou no anarco-sindicalismo. Dirigiu jornais e revistas, foi teatrólogo e poeta. Entre suas obras estão “Madame Fim do Século”, “Último Quadro” e “Anarquismo e Mecânica Social”. Faleceu em São Paulo no ano de 1965.

Por fim, Edgard Rodrigues, pseudônimo Antônio Francisco Correia, nasceu em Angeiras, Portugal. Filho de militante anarco-sindicalista, fugiu da ditadura de Salazar e chegou ao Brasil em 1951. Dedicou-se à pesquisa sobre a memória anarquista no Brasil. Participou do Centro de Estudos do Professor José Oiticica, até ser fichado pela ditadura militar. Fundou a editora Mundo Livre. Publicou artigos em jornais e revistas no Brasil e em Portugal. Escreveu sobre a ditadura salazarista e reuniu um enorme acervo sobre o movimento operário e sindical. Escreveu inúmeras obras, entre as quais “Socialismo e Sindicalismo no Brasil” (1969), “Novos Rumos” (1972) e “Os Companheiros” (1994). Foi sócio e colaborador da Associação Brasileira de Imprensa.

Após a análise dos prontuários e dossiês dos imigrantes portugueses e jornais operários, percebemos que eles participaram densamente das lutas sociais em São Paulo. Assim, como, a relevância do movimento mutualista que criou inúmeras associações de socorros mútuos, estratégia utilizada pelos imigrantes portugueses para sobreviver e contornar a precariedade das condições de vida e trabalho no país diante da omissão do Estado e do descompromisso das classes dominantes.

A pesquisa abriu possibilidades para aprofundamentos tanto para a historiografia da mídia como para a e/imigração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LOBO, Eulália Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: A face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.
- \_\_\_\_\_; SCHWARTZ. “A pedagogia Libertária: um resgate histórico”. In: SOUZA NETO, João Clemente; LIBERAL, Márcia (Orgs.). *Educar para o Trabalho: estudos sobre novos paradigmas*. Curitiba: Arauco, 2006.
- PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade. O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2003.